

PREJUÍZOS AOS COFRES

Em um ano, Espírito Santo já perdeu **R\$ 53 milhões** de Participações Especiais dos campos de óleo, porque empresas fracionam pagamento

NOVA PERDA

ESTADO QUESTIONA

REPASSE DE PETRÓLEO

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

Visualizando possibilidades de aumentar o recolhimento das contribuições sobre a produção de petróleo – neste caso, a Participação Especial (PE) –, o governo do Estado solicitou à Agência Nacional de Petróleo (ANP), agência reguladora do setor, a revisão sobre a forma que as companhias petrolíferas recolhem essa contribuição.

A dúvida levantada pelo governo capixaba é a mesma feita pelo Rio de Janeiro. Desta vez, o questionamento tem o aval também do Conselho Fazendário nacional (Confaz), organismo que reúne todos os secretários estaduais de Fazenda do país. A questão encaminhada à ANP foi discutida pelos técnicos capixabas e do próprio Confaz, segundo o subsecretário estadual da Receita, Gustavo Assis Guerra.

O primeiro questionamento é sobre a divisão do bloco BC-60 em vários campos: Jubarte, Franca, Anã, Azul e Cachalote. Desta maneira, o que seria um campo único, de formação geológica semelhante, passa a funcionar e recolher participação especial separadamente de cada um dos cinco campos.

Alem de solicitar que a ANP considere a mesma forma geológica, o Estado também pede que as unidades de armazenamento localizadas no Parque das Baleias sejam consideradas para efeito de determinar se é um mesmo campo ou não.

MENOS RECURSOS

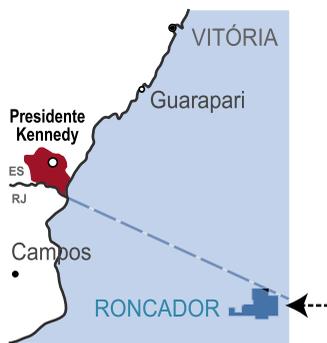
Veja por que o Estado não quer perder mais este dinheiro referente ao petróleo

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL EM BAIXA NO ESTADO

O que é?

A participação especial do petróleo é uma compensação financeira extraordinária (um tipo especial de royalty) criada pela Lei do Petróleo, de 1997, e é cobrada das petroleiras nos casos de grandes volumes de produção ou de grande rentabilidade.

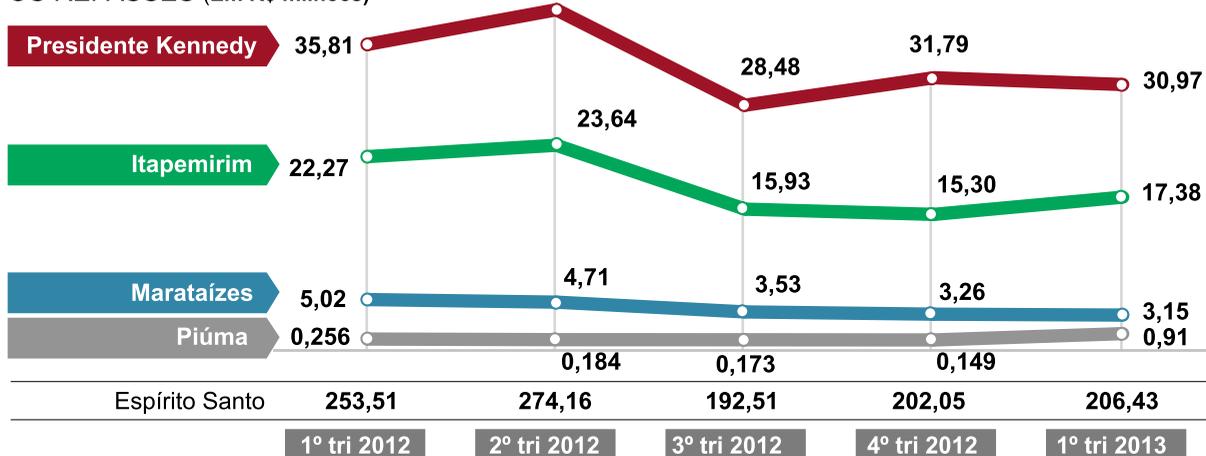
A participação especial é cobrada como se fosse um imposto de renda, com uma tabela progressiva de alíquotas de 0% a 40% sobre a receita líquida de cada campo de petróleo (terra ou mar), dependendo do volume de produção, do tempo de produção e, no caso da plataforma continental, da profundidade em que a extração ocorre



Cada campo de petróleo está submetido a uma alíquota diferente. Atualmente, a maior alíquota efetiva é paga pelo **campo de Roncador**, na Bacia de Campos, que produz 350 mil barris por dia e paga uma alíquota de 31%

A imensa maioria dos campos de petróleo do país é isenta de pagamento porque sua produção fica abaixo do mínimo estipulado para haver a cobrança – **cerca de 30 mil barris por dia** para águas profundas e após o terceiro ano de produção

OS REPASSES (Em R\$ milhões)



Fonte: Agência Nacional do Petróleo

A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

Na Justiça, Rio ganhou direito de ganhar mais

Em outubro de 2009, Petrobras, ANP e o Estado do Rio de Janeiro entraram em acordo depois de um conflito judicial de mais de dois por conta de uma controvérsia em relação ao pagamento retroativo da Participação Especial (PE) sobre a

produção no campo gigante de Marlim, na Bacia de Campos, Norte do Rio.

A disputa terminou após a empresa aceitar pagar R\$ 2,06 bilhões, valor que foi reduzido a R\$ 1,36 bilhão depois do recolhimento do Imposto de Renda.

Como a legislação destina 40% da PE para o Estado onde se dá a produção, o Rio recebeu R\$ 824 milhões em oito parcelas mensais consecutivas.

A ANP apontou inconsistências nas deduções de custos financeiros lançados

como custos operacionais (e por isso dedutíveis por lei) no cálculo da PE de Marlim, mas a decisão de retroagir a cobrança para o período entre 1998 a 2002 só aconteceu quando o atual governador do Rio, Sergio Cabral, assumiu o governo.

A PE é paga a partir do terceiro ano de produção do campo e leva em conta, para efeito de cálculo, a produtividade e a produção de petróleo da área. Se for considerado apenas o campo de Jubarte, a PE seria calculada sobre uma produção de 46 mil barris por dia (contabilizando a média mensal do primeiro trimestre de 2013). Mas, levando em conta a produção dos dois campos que pagam PE (Jubarte e Cachalote) no antigo BC-60, o cálculo seria feito sobre uma produção de 198 mil barris por dia.

O repasse de Participação Especial é feito trimestralmente e uma parte vai para os cofres da União, outra para os Estados e uma terceira aos municípios. No Espírito Santo, recebem PE as cidades de Presidente Kennedy, Itapemirim, Marataízes e Piúma.

“Queremos evitar a fragmentação de um campo em vários, o que diminui significativamente o repasse das contribuições”, afirma Guerra. Os campos que pagam PE são os que têm produção acima de 30 mil barris por dia. No Parque das Baleias (antigo BC-60) outros dois campos já produzem, mas o volume não justifica o recolhimento de PE. Porém, se fosse somente um campo na área, a PE recolhida seria muito superior.

No primeiro trimestre de 2013, as petroleiras recolheram ao cofre do Estado R\$ 206,4 milhões, enquanto que Presidente Kennedy, Piúma, Itapemirim e Marataízes receberam, juntos, R\$ 141 milhões. A ANP não respondeu ainda ao pedido de reexame.

RODRIGO AZEVEDO - 06/10/2010



STF promete desempacotar ação de royalties

Relatora Carmén Lúcia garantiu a não produtores que agilizará votação no plenário

Relatora das quatro ações diretas de inconstitucionalidade da nova lei dos royalties do petróleo, a ministra Carmén Lúcia prometeu agilizar a votação no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF). Embora sem informar a data, ela deu garantia a parlamentares de Estados não produtores que visitaram seu gabinete na última semana para cobrar o julgamento do mérito.

Segundo o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), a ministra já concluiu a análise de três dos quatro processos movidos pelos governos de São Paulo, Espírito Santo e Rio, além da

Assembleia Legislativa fluminense - prejudicados pela redivisão. "O assunto entra em pauta no STF assim que ela fechar o quarto e último processo e finalizar o voto, e vai ser rápido".

Antes previsto para abril passado, o julgamento cria expectativa. "Nossa esperança é de que o Supremo respeite os contratos", assinala o governador Renato Casagrande (PSB).

A dúvida é se o plenário vai julgar logo o mérito ou somente a liminar dada no início do ano por Carmén, que suspendeu as novas regras até decisão final na Corte. "Aí o Joaquim Barbosa (presidente do STF) vai decidir se pauta a liminar ou logo o mérito, mas é claro que todos os ministros vão manter", avalia Zarattini. (Rondinelli Tomazelli)

Primeiro leilão do pré-sal em outubro

O primeiro leilão do pré-sal será realizado no dia 22 de outubro no Rio de Janeiro e não mais em Brasília, como tinha sido anunciado anteriormente. Até o fim deste mês, a ANP publicará o pré-edital e a minuta do

contrato. O leilão vai oferecer a área de Libra, na Bacia de Santos, que tem reservas estimadas entre oito bilhões a 12 bilhões de barris de petróleo, e sua exploração será pelo novo regime de partilha da produção.

Incentivos fiscais perto da aprovação

GABRIEL LORDÉLLO - 24/11/2012

Governo federal cede na guerra fiscal para, enfim, emplacar a reforma do ICMS

RODINELLI TOMAZELLI
rtomazelli@redgazeta.com.br

DE BRASÍLIA

O governo federal avançou mais um passo ontem nas negociações com secretários estaduais de Fazenda para reformar o regime de cobrança de ICMS. Para viabilizar a redução de alíquotas em 4% e 7%, o Planalto fechou acordo com os Estados para a convalidação de todos os incentivos fiscais e financeiros praticados pelas administrações regionais.

A medida beneficia o Espírito Santo, que também teve aval de todos os Estados para incluir, no rol das compensações, as perdas com a resolução que unificou em 4% o ICMS dos importados, aprovada no Senado em 2012. Na prática, foi marcada uma reunião extraordinária para o dia 20 ou 25, na qual o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) deve começar a votação - tem que ser à unanimidade dos membros - dos benefícios concedidos pelos Estados ao setor produtivo por meio do ICMS.

"Essa convalidação só vai valer mediante as condicionantes que estarão nos projetos enviados pelo governo ao Senado tratando da redução das alíquotas e das compensações aos Estados. Vamos ver se avança, esse é nosso foco", esclarece o secretário de Fazenda capixaba,



Contratos de competitividade devem ficar resguardados

Maurício Duque, já prepara a documentação para a reunião do Confaz este mês. Nova decisão deve salvar o Compet-ES.

"A homologação incluirá todos os incentivos do governo capixaba, a começar pelos 21 setores beneficiados pelo Compet-ES".

MAURÍCIO DUQUE Secretário de Estado da Fazenda

Maurício Duque, ao destacar que a homologação começará pelos 21 setores do Compet-ES.

A proposta negociada estende a vigência desses benefícios por mais 15 anos, além de dar tranquilidade jurídica ao governo e às empresas, já que uma súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal ameaça de morte súbita esses benefícios concedidos à revelia do Confaz.

Como houve consenso na maioria dos pontos, foi produzido um documento já em mãos da equipe econômica para ajudar a convergir. Pelo acordo firma-

do no Confaz, as alíquotas gerais vão cair gradualmente a 4%, ficando em 7% somente para produtos industriais e agropecuários. Sul e Sudeste só aceitam a convalidação se essa queda ocorrer. "São Paulo removeu obstáculos porque também pratica incentivos. O comércio atacadista fora dos 7% já os atende", avalia Duque.

Com a corda menos esticada, as coisas venceram a seu tempo e ganharam velocidade, comemora o secretário. "Eles enxergam tudo como benefício comercial, mas vencemos as restrições. É um sinal muito po-

sitivo para o Senado".

Descrente no êxito das conversas, o senador Ricardo Ferraço (PMDB) diz que não adianta simplificar um assunto complexo. "Falo com humildade: não creio nessa evolução. Uma coisa é o governo conversar com o Confaz, outra é quando o projeto chega ao Senado".

Ferraço, porém, reconhece a necessidade da mudança no Confaz. Na ausência de mecanismos federais de competição fiscal lícita, avalia, cada Estado fez o que pôde para aquecer sua economia, e aí o Brasil evoluiu para a guerra fiscal. "

Compensação por morte do Fundap também é garantida

Com uma lista de reivindicações, o Espírito Santo não abre mão de turbinar sua fatia no bolo do ressarcimento pela redução das alíquotas. Para isso, exigiu e conseguiu a inclusão, no fundo de compensação que será criado pelo governo federal, das perdas com a unificação do ICMS importação que asfixiou o Fundap em 2012.

Anovidade é que, ontem,

todos os Estados deram aval ao pleito capixaba - a apoio anterior vinha só do Sudeste e do Distrito Federal. "Isso foi bem-visto e considerado justo pelos outros Estados. Não é martelo batido, mas conseguimos entendimento", comemora o secretário Maurício Duque.

Segundo ele, entrará no projeto a ser enviado ao Senado o cálculo oficial da redução de arrecadação

com o Fundap, estimado em R\$ 1,2 bilhão. Como o Ministério da Fazenda deve abater desse valor global o que é financiamento às empresas, deve ser considerado só a chamada "perda efetiva" situada em R\$ 600 milhões. "Esse valor vai cobrir as perdas dos municípios", afirma.

Os dois pontos pendentes na reunião do Confaz ontem foram as alíquotas

diferenciadas da Zona Franca de Manaus (AM) e do gás natural, hoje fixadas em 12%. O Amazonas sugeriu cair para 10%, ou manter 12% e jogar em 7% só os produtos de informática.

Na indefinida questão do gás, Mato Grosso do Sul - por onde passa o gás boliviano e pelo qual arrecada R\$ 500 milhões/ano - deve construir uma composição. Tanto que propôs alíquota de 9%. Produtor de gás, o Espírito Santo não comprou essa briga, mas sai ganhando com a alíquota diferenciada.